



O ALGARVE: A INTERPRETAÇÃO DO SEU PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O património é parte da nossa cultura, daquilo que fomos, que evoluímos e para onde caminhamos. O turismo pretende fazer uso desse património, permitindo que os turistas possam desfrutar do mesmo. Para tal é preciso planear a sua preservação, conservação, reabilitação, *apresentação* e *interpretação*, que deverão considerar inúmeros factores e ser realizadas por técnicos especializados. Neste âmbito, procurou-se analisar dois sítios arqueológicos no Algarve, a informação prestada, os meios utilizados na *interpretação* e *apresentação* e averiguar se estão ou não correctamente adequados aos visitantes

Alexandra Rodrigues Gonçalves (Coord.ª) – ESGHT

João Costa – ex-aluno ESGHT

Patrícia Martins – ex-aluno ESGHT

Introdução

O desenvolvimento económico e social do último século apresentou-se como o grande impulsionador da prática do turismo. A necessidade de lazer da sociedade do pós-guerra transformou o turismo numa importante “indústria”, a qual mobiliza pessoas e recursos em todo o mundo. Neste contexto, a cultura e o património surgem como elementos importantes na actividade turística, visto que diferenciam as sociedades e os locais, tornando-os atractivos.

No Algarve, a oferta turística tem os seus alicerces no produto “Sol e Praia”, onde os recursos culturais e patrimoniais da região têm permanecido num “quase esquecimento”. No entanto, nos últimos anos tem-se assistido a uma maior preocupação em reabilitar e preparar algum desse património para receber visitantes, sobretudo ao nível do património local sob alçada do Estado português.

Tendo em conta que o Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR desenvolve formas de mediação entre o património e o seu

público, através da criação de estruturas de acolhimento e *interpretação*, qualificando percursos de visita, instalando sinalética interpretativa, entre outros, entendeu-se que seria importante realizar uma investigação no âmbito do Património e Turismo Cultural, tendo como base, o património sob a alçada do IPPAR (tutela do Ministério da Cultura) e os seus Centros de Interpretação no Algarve, de forma a avaliar a situação actual destes mesmos centros.

Os objectos de estudo da investigação que está na base do presente artigo são as Ruínas de Milreu em Estoi e os Monumentos Megalíticos de Alcalar em Portimão (sob gestão do IPPAR) visto que no Algarve apenas estes possuem Centros de Interpretação.

Espera-se que as conclusões resultantes da investigação levada a cabo possam resultar numa maior tomada de consciência face às carências de adaptação dos Centros de Interpretação em relação às necessidades dos seus visitantes, na perspectiva de melhor corresponder às suas expectativas, e de obtenção de maior satisfação.

Assim sendo, procede-se seguidamente a uma breve contextualização teórica sobre a interpretação do património e turismo, apresentando-se de seguida os objectivos e metodologia estabelecidos para a investigação, para que num ponto três, se apresentem os resultados do estudo de caso desenvolvido. Na conclusão apontam-se algumas dificuldades inerentes à investigação levada a cabo, bem como recomendações para o futuro.

A Interpretação do Património e o Turismo

O património está directamente relacionado com a cultura e o turismo cultural. Existem diversas componentes englobadas na definição de cultura, abrangendo todo o conjunto de actividades lúdicas (tal como poesia, música, artes plásticas, dança e teatro, entre outras) ou utilitárias, intelectuais e afectivas, que caracterizam determinada civilização (Saraiva, 1993). O património tem implícito o conceito de cultura, visto que é resultado de tendências, artes e outras características culturais. Por

sua vez, a cultura e o património enquanto recursos do destino, exercem uma atracção (de maior ou menor grau), que pode estar na origem de movimentos humanos que resultam naquilo que se designa por turismo cultural.

A cultura está directamente relacionada com o património visto que é a essência deste. Assim, o conceito de património implica na sua identidade, tudo aquilo que é próprio, característico e exclusivo de uma comunidade e inclui não apenas os vestígios tangíveis do passado, mas também os intangíveis, pelo que se pode considerar como património, todos os aspectos que marcaram e continuam a marcar a identidade de uma nação, região ou localidade (Herbert, 1989).

Por sua vez, a cultura apresenta-se como um motivo para viajar. O interesse em experimentar locais e actividades que representam de forma autêntica a história e povos do passado, transformou o Património em recurso turístico de forma a possibilitar a resposta a uma procura em crescimento (Gonçalves, 2002). Ao tornar-se num recurso turístico, o património necessita de ser explicado ao visitante. É neste contexto que surge a *interpretação*. Este conceito emerge com frequência quando se debate o papel e a natureza dos recursos patrimoniais/culturais.

Deste modo, quando se fala de *interpretação* do património, está-se a referir ao modo como a história, as tradições, os artefactos, a arte, entre outros, são apresentados, seja num museu ou numa atracção patrimonial. O conceito engloba também o grau de informação disponível, a sua natureza e a qualidade da mesma (Goulding, 1999). Partindo do princípio que a maioria dos visitantes chega ao local de visita com pouco conhecimento e compreensão do local, o objectivo base da *interpretação* deve ser aumentar a compreensão do património e encorajar a sua preservação.

Assim sendo, a *interpretação* pode

ser vista como um processo de construção e análise de diferentes formas de compreensão do património, e também como sendo a comunicação do significado e do valor do mesmo. Esta função comunicativa não pode ser separada do processo de dar significado e valor, o que envolve não só um conhecimento detalhado do Património por parte de quem o interpreta, como também das formas de interpretar, tendo sempre em conta a especificidade do recurso patrimonial (Alfrey, 1992), mas poucas vezes tendo em conta quem o está a visitar.

Relativamente às técnicas de *interpretação* utilizadas num local patrimonial, existem duas essenciais: a *interpretação* "cara-a-cara", em que existe um contacto directo entre aquele que providencia a *interpretação* e o visitante, tal como acontece nas visitas guiadas, encenações/peças de teatro, fóruns/discussões (esta técnica de *interpretação* pode ser adaptada às necessidades de cada grupo, assim como também existe a possibilidade de um *feedback* imediato aos técnicos, através das diferentes reacções); e a técnica impessoal, que engloba diversas práticas, tais como, a internet e as novas tecnologias, os meios audiovisuais, os panfletos e os painéis interpretativos, a sinalização, as visitas auto-guiadas, entre outras (esta técnica, apresenta em geral um custo muito reduzido por visitante; pode continuar a ser usada durante um longo período de tempo; a sua eficácia pode ser testada; podem ser referidos vários tópicos e os visitantes podem escolher os materiais que mais lhes interessam). Normalmente, estas técnicas surgem associadas na *interpretação* de um local, pelo que, se complementam (Graduate School of the Environment, 2003).

Objectivos da investigação e metodologia utilizada

A investigação apresentada pressupõe a análise do funcionamento dos Centros de Interpretação sob a

alçada do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico no Algarve, nomeadamente as Ruínas de Milreu (em Estoi) e os Monumentos Megalíticos de Alcalar (em Portimão), numa perspectiva da sua adequação (ou não) às necessidades daqueles que as visitam.

Este processo iniciou-se com a recolha de informação secundária, ao que se seguiu a utilização de fontes primárias para maior obtenção de informação, pelo que se aplicaram inquéritos junto dos visitantes (amostra não aleatória por conveniência com um total de 59 inquiridos nas Ruínas de Milreu e 34 nos Monumentos Megalíticos de Alcalar), e entrevistas aos responsáveis pelos sítios em estudo.¹

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, que encerra uma elevada componente exploratória, e que recorre a mais do que um método para a análise de dados, apresenta também uma variante quantitativa, aquando da análise dos dados dos inquéritos aplicados aos visitantes.²

Através da revisão bibliográfica efectuada, estabeleceu-se o problema de investigação, que tem por base a seguinte pergunta de partida:

Os Centros de Interpretação do Património Arqueológico do Algarve, sob gestão do IPPAR, estão ou não adequados às necessidades dos seus visitantes?

A partir da definição da questão de partida e da revisão bibliográfica, tornou-se possível determinar os objectivos da investigação (*vide* Figura 1). Pretende-se, deste modo, conhecer a *interpretação* dos Centros de Interpretação existentes no Algarve, avaliar o seu funcionamento, a sua monitorização e a sua adequação (ou não), ao visitante. Estes objectivos compreendem não só a perspectiva do visitante, mas também a do responsável pelo Centro de Interpretação.

Para além de uma breve análise dos resultados obtidos apresentam-se de seguida as conclusões decorrentes da investigação primária.

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
Avaliar a importância dos Centros de Interpretação do Património	Analisar as preocupações que levam à criação de Centros de Interpretação
Arqueológico	Conhecer os objectivos principais para a criação de Centros de Interpretação
Conhecer as formas de interpretação dos locais sob gestão do IPPAR no Algarve	Analisar as formas de apresentar a informação
	Identificar meios de divulgação/sinalização utilizados nos recursos Culturais em questão
	Analisar os impactos emergentes da Interpretação (relativamente ao respeito pela autenticidade e integridade do local)
Avaliar a monitorização e o funcionamento dos Centros de Interpretação	Conhecer e analisar as técnicas utilizadas pelos responsáveis para avaliar a Interpretação
Avaliar a importância da Interpretação na experiência do visitante	Conhecer as formas de Interpretação dos locais sob gestão do IPPAR no Algarve
	Realizar o estudo da adequação (ou não) da informação destinada aos diferentes públicos
Avaliar a importância da Interpretação na experiência do visitante	Concluir se a qualidade/quantidade da informação exposta esclarece o visitante sobre a história do local
	Avaliar se a Apresentação do Património corresponde às expectativas do visitante
	Conhecer as motivações do visitante

Objectivos do estudo (Fonte: elaboração própria)

FIG. 1

Estudo de Caso: Os Centros de Interpretação do Património Arqueológico no Algarve – Milreu e Alcalar

A criação de um Centro de Acolhimento e Interpretação surge da necessidade de acolher os visitantes e de lhes disponibilizar a informação sobre o local que estão a visitar. Deste modo, deve possuir um conjunto de material informativo, que capacite o visitante a perceber o lugar e as sucessivas fases de transformação por que passou, encaminhando-o e preparando-o para a visita do local (Pereira, 2001).

Por outro lado, o Centro de *Interpretação* tem a “capacidade” de interagir com o visitante, ou seja, explica, procede a (ou oferece) uma interpretação, mas também regula e disciplina os fluxos de visita, associando-lhes uma componente científica, uma vez que estes centros deverão encontrar-se dotados de gabinete de trabalho, de um centro de documentação e de reservas (Pereira, 2001). Neste âmbito, o Centro de Interpretação também surge como uma forma de salvaguardar

o local, na medida em que se prepara o local para receber os visitantes de uma forma equilibrada, controlada e respeitando o seu espaço (*ibidem*).

A construção de Centros de Interpretação nas Ruínas de Milreu e nos Monumentos Megalíticos de Alcalar resultou de um programa específico, desenvolvido pelo IPPAR, em colaboração com o actual Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo – IFT, em articulação com autarquias e outras entidades públicas e privadas, nos “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve”. Este programa resultou “ (...) da necessidade de estabelecer condições para a salvaguarda e dinamização turístico/cultural dos sítios arqueológicos, através da investigação, preservação, valorização e divulgação, e criar infra-estruturas de acolhimento do público e de *interpretação* dos sítios seleccionados” (IPPAR, 2003: p.1).

Ruínas de Milreu

As ruínas da *Villa* Romana de Milreu que se encontram situadas junto a

Estoi, 9 km a Norte de Faro foram declaradas Monumento Nacional em 1932 (IPPAR, 2002). Neste local é possível observar um complexo edificado do século III, constituído por uma casa senhorial, de grandes dimensões, instalações agrícolas, balneário e um templo. Só nos inícios do século XVI o sítio de Milreu voltou a ser ocupado sobre os vestígios romanos, com a construção de uma casa de carácter rural.

O Centro de Acolhimento e Interpretação de Milreu apresenta-se como sendo um espaço que possibilita a entrada no recinto da estação arqueológica e onde se dá apoio ao visitante. Neste local estão disponíveis publicações e objectos de divulgação, fornecendo informação sobre a história do local. Também é possível aceder a um programa de computador sobre os “Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve”. Para além destes aspectos, o Centro serve também de apoio às equipas arqueológicas. Possui também uma ala destinada à *interpretação* do local, onde se encontram réplicas do espólio encontrado no local e uma maquete do templo (Reis, 2001).

Monumentos Megalíticos de Alcalar

No III milénio, o território que hoje se situa a norte de Alvor, mais especificamente junto à localidade de Alcalar, no concelho de Portimão, era habitado por um povoado que se estendia por uma superfície de quase dez hectares. Em volta do povoado foram descobertas cerca de duas dezenas de templos funerários monumentais, os quais se supõe terem sido edificadas ao longo de várias gerações. Dos vários monumentos funerários, o visitante tem a possibilidade de visitar um templo funerário megalítico conhecido como Monumento 7. Este encontra-se situado do lado nascente da necrópole de Alcalar e foi construído em diversas fases, em meados do III milénio.

O Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar está sediado numa edificação construída de raiz junto aos monumentos. É composto por um pequeno edifício, um circuito exterior e uma câmara megalítica (Monumento 7). O edifício é composto por uma recepção, um posto de vendas e ainda uma galeria destinada à apresentação da história do conjunto das ruínas megalíticas que constituem o núcleo histórico local (Morán, 2001).

Visto que o Centro não possui colecções próprias, apresentam-se painéis informativos, recorrendo a imagens e textos em dois idiomas (português e inglês) onde se explica a história do local. Também é possível observar mapas e fotografias aéreas, maquetas analíticas e um vídeo onde se apresentam as diferentes fases da exploração do Monumento 7.

Análise crítica e propostas para o futuro

Com a realização deste estudo sobre as estações arqueológicas de Alcalar e Milreu, considerou-se fundamental incluir uma análise SWOT destes locais, que resulta por um lado da análise das entrevistas realizadas

aos seus responsáveis, dos questionários aplicados aos visitantes e da visita ao local. Por outro lado, da revisão de literatura e pesquisa bibliográfica efectuadas (resultados apresentados na Figura 2).

Através da análise dos questionários concluiu-se que a maioria dos inquiridos tinha entre 26-45 anos e maioritariamente da nacionalidade portuguesa (64,4% em Milreu e 44,1% em Alcalar), espanhola e inglesa. Verifica-se uma predominância de licenciados, sendo de destacar que 20,6% dos inquiridos são doutorados. Para a maioria dos visitantes (cerca de 80%), foi a primeira vez que visitaram o local, embora estes sejam frequentadores habituais de locais arqueológicos.

É de destacar que as principais motivações identificadas pelos visitantes são: o interesse por arqueologia e também a necessidade de períodos de lazer.

Já foram levadas a cabo algumas medidas com vista a revitalizar estes espaços arqueológicos, no entanto, existem ainda carências acentuadas no que concerne à sua interpretação e apresentação. Ainda que se possua um Centro de Acolhimento e Interpretação (elo fundamental de ligação entre o visitante e o local a visitar), não existe qualquer plano de interpretação (apontado como um instrumento fundamental na gestão de locais deste tipo).

Os objectivos que deveriam estar subjacentes à criação de Centros de Interpretação, não foram previamente definidos, e assim, a interpretação desenvolvida nos locais, não obedece a critérios pré-estabelecidos, mas estabelece-se, segundo transpareceu na investigação realizada, a partir dos conhecimentos que os responsáveis pelos locais possuem.

A promoção que actualmente se realiza é muito insuficiente. O recurso aos *mass media* e à *internet* é quase inexistente. Também a sinalização nas vias de acesso aos locais, apresenta falhas graves, sobretudo a sinalética direccional para chegar aos Monumen-

tos Megalíticos de Alcalar, o que pode ter resultado na redução acentuada de visitantes deste local para cerca de metade de 2001 para 2002. Assim, a sinalização/informação disponível, não motiva ou incentiva os visitantes a voltar ao local.

Embora os responsáveis pelos locais reconheçam a existência de impactes negativos emergentes do uso dos locais arqueológicos, e exista a preocupação com o uso inadequado dos recursos por parte dos visitantes, não se criaram (por exemplo) zonas de passagem que delimitem e restrinjam o contacto físico entre os visitantes e os monumentos. Por exemplo, em Milreu é possível (e verifica-se que já sucedeu), extrair partes dos mosaicos romanos.

Alguns teóricos destes domínios defendem que a interpretação do património apresenta uma visão parcial e não autêntica do património a visitar, mas Herbert (1989) vem defender que o património construído é, já por si, um garante de autenticidade, que depois de assegurada a sua conservação, importa utilizar algumas técnicas de Interpretação, sem que seja necessário correr o risco de distorcer ou acrescentar factos à verdadeira história do local. Aquela ideia é partilhada pelo nosso entrevistado – o Dr. Rui Parreira. Nesta perspectiva, considera-se que a autenticidade dos locais estudados pode ser mantida, já que se considera que os recursos utilizados na apresentação da informação são os mais adequados, em número suficiente e de acordo com as técnicas apresentadas em diferente bibliografia. Para além disso, vão ao encontro da preferência dos visitantes. Embora existam alguns projectos (como a abertura da Casa Rural em Milreu), a maioria dos visitantes considerou os recursos existentes como suficientes e os mais desejáveis.

Um dos problemas existentes é o reduzido período de funcionamento (9:30 – 12:30 e 14:00 – 18:00, que deveria durante a época de Verão ser alargado até às 20h), assim como a inexistência

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Existência dos Centros de Acolhimento e Interpretação <ul style="list-style-type: none"> • Riqueza dos vestígios arqueológicos • Existência de facilidades para deficientes • Integridade dos vestígios arqueológicos e estado de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente sinalização <ul style="list-style-type: none"> • Deficientes cuidados de conservação • Informação pouco detalhada relativa à história dos locais <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente número de espólio exposto • Inexistência de planos de Interpretação • Fragilidade dos monumentos arqueológicos
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão nos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve <ul style="list-style-type: none"> • Gestão e alçada do IPPAR • Localização numa região de grande fluxo turístico <ul style="list-style-type: none"> • Aumento de Turismo Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Localizados em zonas rurais distantes da costa <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade política e económica • Insuficientes esforços de promoção • Ausência de estudos regulares de satisfação do Turismo Cultural • Falta de formação na área da Interpretação e Apresentação do Património

Análise SWOT (Fonte: elaboração própria) FIG. 2

de espaços com sombra ou de repouso para aqueles que visitam as ruínas. No entanto, regra geral os visitantes (97,1%) reconheceram que os serviços complementares funcionam correctamente e possibilitam uma boa recepção àqueles que os visitam sendo que as infra-estruturas são bem iluminadas e estão bem desenhadas, permitindo ainda o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Os órgãos de gestão destes locais não recorrem a qualquer técnica que permita avaliar o funcionamento destes sítios e a satisfação dos seus visitantes, apenas se verifica a existência de um livro de reclamações na recepção. Deste modo, e de forma a melhorar o atendimento e a qualidade da experiência proporcionada, deveria ter lugar o desenvolvimento de formas de avaliação da visita (questionário, por exemplo), assim como, uma abordagem mais regular dos visitantes por parte dos funcionários, por forma ao esclarecimento de eventuais dúvidas, a dar informações sobre futuros eventos, actividades na zona, possibilidade de realização de visitas guiadas, entre outras.

A informação disponibilizada em ambos os locais, embora considerada relevante pela maioria dos inquiridos, não é suficientemente detalhada e

conclui-se que a visita não possibilita uma boa inter-ligação entre os diferentes espaços e a sua história. Em Alcalar, 91,2% dos visitantes consideram-se esclarecidos, mas em Milreu esta percentagem desce para os 74,6%.

Sendo que a visita a estes locais é considerada pela maioria dos visitantes como sendo “Boa” (52,5% em Milreu e 47,1% em Alcalar), dever-se-ia realizar um estudo que pudesse definir quais os principais factores decisivos na motivação dos visitantes, e não apenas apostar na conservação dos sítios arqueológicos. Daqui, poder-se-ia passar à elaboração e implementação de um Plano de Interpretação nos locais em questão. Esse Plano de Interpretação partiria da definição de objectivos e dos meios para os atingir, contribuindo directamente para a conservação dos locais, mas também para a sua preparação e adequação aos visitantes, podendo integrar medidas como aumento de espólio exposto e, o estudo da sua apresentação e disposição.

Conclusão

Os Centros de Interpretação do Património no Algarve, fazem parte de

um conjunto de medidas que resultam do esforço de diversas entidades, e que apresentam como objectivo melhorar a situação actual do património em geral, e do arqueológico em particular. Através destes, pode-se conseguir não só proteger mais eficazmente os monumentos, como também, proporcionar uma visita mais agradável e esclarecedora àqueles que visitam os sítios arqueológicos.

Sentiram-se algumas dificuldades durante a realização deste estudo, entre as quais, a demora na distribuição dos questionários e uma taxa de resposta relativamente reduzida (o que não permitiu recolher um elevado número de questionários). Também os reduzidos conhecimentos técnicos sobre a forma como os visitantes percebem a informação, a semiótica do local, assim como, outros conhecimentos de arqueologia mais aprofundados impossibilitaram a realização de um estudo mais apurado.

Os locais em estudo apresentam algumas limitações, que se identificaram a partir da análise dos questionários aos visitantes, das entrevistas aplicadas aos responsáveis pelos sítios e ainda de visitas realizadas aos locais. Numa breve análise na óptica do visitante, temos a destacar que a

divulgação dos sítios é insuficiente, em particular, no que diz respeito à sinalização que orienta o visitante dentro e fora dos locais em questão. Para além de ser insuficiente, não existe uma inter-relação entre os diferentes espaços e a história/contexto do local, o que dificulta a percepção de conjunto (o que se poderia ultrapassar por uma maior cooperação entre arqueólogos e historiadores).

Em Milreu e Alcalar, já que se verifica a dificuldade de orientação e a deficiente preservação dos monumentos, deveria ser posto em prática um plano que evitasse que os visitantes deambularem sobre os monumentos e, conseqüentemente, os danifiquem.

Embora os recursos existentes sejam suficientes, assim como, os serviços complementares, percebe-se que o período de funcionamento é demasiado reduzido. Um alargamento do horário praticado possibilitaria a visita a estes locais, por um maior número de visitantes, o que deverá ser encarado como uma oportunidade e não como uma ameaça, o que acontecerá se existir um correcto e eficaz planeamento dos locais patrimoniais.

O aumento do turismo cultural, implica que nos locais (e dependendo da sua especificidade e contexto), se estabeleça um conjunto de objectivos que se deverão atingir e avaliar continuamente. Assim, poder-se-á definir (se necessário) uma estratégia que seja mais eficaz e que leve a consecução dos objectivos.

Para responder à nossa questão inicial, conclui-se que os Centros de Interpretação do Património estão adequados às necessidades dos seus visitantes, no entanto, algumas medidas poderiam aumentar a sua adequação, entre as quais, a criação de um plano de interpretação, por forma a servir de suporte à tomada de decisões.

Para além do plano de interpretação deveria ser realizado um estudo que indicasse o perfil do turista cultural que visita o Algarve e os sítios arqueológicos (as suas motivações e necessidades).

De forma a melhorar a sinalização de acesso aos locais, seria positivo a existência de uma maior e melhor cooperação entre o Instituto de Estradas de Portugal, o ICEP e o IPPAR. Também uma promoção mais inten-

siva no exterior do nosso património cultural, que dê a devida importância a esta riqueza única dos povos, tão fundamental para a nossa identidade, deveria ser objecto de reanálise pelos organismos com competências na área da promoção turística.

Conclui-se por fim que os Centros de Interpretação são um primeiro passo daquela que se espera que seja uma grande caminhada na valorização do património cultural no Algarve e para que este seja um complemento de qualidade ao *turismo de sol e praia*.

.....
1 Arq. Teresa Pimpão – Directora da delegação regional de Faro do IPPAR e Dr. Rui Parreira- Director da Estação Arqueológica de Alcalar e da Fortaleza de Sagres.

2 Para a codificação e tratamento dos dados obtidos através dos questionários utilizou-se o programa informático SPSS (Statistics Package for Social Sciences).

Referências Bibliográficas

.....

- ALFREY, J., PUTNAM, T. (1992), *The Industrial Heritage, Managing Resources and Uses*, Routledge, London.
- GONÇALVES, A. (2001), *A componente Cultural do Turismo Urbano como Oferta Complementar ao Produto Sol e Praia*, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve (tese de Mestrado).
- GOULDING, C. (1999), "Interpretation and Presentation", in LEASK, Anna and YEOMAN, Ian (ed.), *Heritage Visitor Attractions. An Operations Management Perspective*, Cassel, New York.
- HERBERT, D. (1989), "Leisure Trends and the Heritage Market", in HERBERT, D.T; PRENTICE, R.C e THOMAS, C.J (ed.) *Heritage Sites: Strategies for Marketing and Development*, Aldershot, Avebury, pp. 1-14.
- MORÁN, E; PARREIRA, R. (2001), "Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem Cultural do III milénio a.C.", in IPPAR (ed.) *Estudo/Património*, nº1, Lisboa.
- PEREIRA, P. (2001), "Lugares de passagem e o resgate do tempo", in IPPAR (ed.) *Estudo/Património*, nº1, Lisboa.
- REIS, D (2001), "Centro de Acolhimento e Interpretação de Milreu", in IPPAR (ed.) *Estudos/Património*, nº1, Lisboa.
- SARAIVA, A. (1993), *O que é Cultura*, Difusão Cultural, Lisboa, p.11.

Endereços electrónicos

.....

- GRADUATE SCHOOL OF THE ENVIRONMENT (2003), "Site-based Interpretation Techniques"
[Online] Available: <http://www.gse.mq.edu.au/units/epg918/99weeks.htm>; 17 de Janeiro 2003.
- IPPAR (2003), "Monumentos e Sítios Arqueológicos sob gestão do IPPAR em Portugal"
[Online] Available: <http://www.ippar.pt>; 20 de Agosto 2003.